

ano 12 – n. 23 | julho/dezembro – 2020
Belo Horizonte | p. 1-248 | ISSN 2176-1671
R. bras. Dir. Eleit. – RBDE

**Revista Brasileira de
DIREITO ELEITORAL**

RBDE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Eleições municipais de 2020

Benigno Núñez Novo	9
1 Introdução	9
2 Desenvolvimento	10
2.1 A importância da pré-campanha eleitoral	10
2.2 Novidades para candidatura de vereadores.....	14
2.3 Regras para as eleições municipais de 2020.....	18
2.4 Resoluções do TSE sobre as eleições municipais de 2020	23
2.5 Para que tantos partidos políticos no Brasil?	25
2.5.1 Histórico dos partidos políticos no Brasil.....	25
2.5.2 A função dos partidos políticos	26
2.5.3 Qual a personalidade jurídica dos partidos políticos?.....	26
2.5.4 Como criar e registrar um partido político	26
2.5.5 Pedido de registro no TSE.....	27
2.5.6 É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos	27
2.5.7 Fundo partidário	28
2.5.8 Por que temos tantos partidos políticos?.....	29
3 Conclusão	29
Referências	30

Análise da ADPF nº 738: avanço histórico para a participação de negros e pardos na política brasileira

Carla Rodrigues	31
Introdução	31
1 Análise da decisão do TSE sobre a sub-representação negra na política.....	33
2 Análise da medida cautelar na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 738	37
3 Análise dos impactos da nova regra nas eleições de 2020	40
Conclusão.....	43
Referências	44

Direitos políticos das minorias políticas: perspectivas de gênero à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral

Cristina Maria Gama Neves da Silva, Emma Roberta Palú Bueno	47
Conclusão.....	60

Igualdade política de gênero e os caminhos para a sua efetivação: o acerto das recentes decisões do Judiciário que determinaram a obrigação de destinação mínima de recursos públicos às campanhas das candidatas e o papel do Legislativo frente à inafastável posituação da norma	
Deborah Amorim de Souza Carvalho	63
Referências	72
Constituição, governança e a criminalização do “caixa dois”	
Flávio Jardim	73
Introdução	73
1 Lon Fuller: a moralidade interna do direito	77
2 A pertinência dos ensinamentos de Fuller ao presente debate: reciprocidade na governança (“interacionismo”)	78
3 O requisito do <i>fair notice</i>	79
4 Críticas à concepção alemã de legalidade penal	82
5 O artigo 350 do CE	84
6 A criminalização do “caixa dois” para políticos investigados na Lava Jato	92
Conclusão.....	94
Financiamento eleitoral de candidatas mulheres: da proibição de doações empresariais à reserva de recursos públicos	
Gabriel Prétola	97
1 Introdução	97
2 A relevância do dinheiro no processo eleitoral	99
3 A sub-representação feminina na política brasileira	101
4 2014-2018: principais alterações nas regras de financiamento eleitoral e seus impactos nas candidaturas femininas	104
4.1 Financiamento privado.....	105
4.1.1 Contribuições de pessoas jurídicas e a ADI nº 4.650	105
4.1.2 Contribuições de pessoas físicas	107
4.1.2.1 Autofinanciamento	107
4.1.2.2 Contribuições de terceiros.....	108
4.2 Financiamento público	109
4.2.1 Horário Eleitoral Gratuito.....	110
4.2.2 Fundo partidário	111
4.2.3 Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)	112
4.2.3.1 Distribuição entre os partidos	113
4.2.3.2 Distribuição entre candidatos	114
4.2.3.3 Reserva de recursos às candidaturas femininas	115
5 Conclusões	120
Referências	122
A democracia intrapartidária e os partidos políticos de origem marxista: uma análise da centralidade como fator (anti)democrático	
Juliano Gliniski Pietzack	127
1 Introdução	127
2 A importância da democracia intrapartidária e seu estudo.....	129
3 A teoria da organização marxista.....	132
4 Avaliação da democracia intrapartidária dos partidos selecionados.....	135

5	Considerações finais.....	136
	Referências	137

Transparência ativa e *accountability* social em campanha: viabilidade e utilização do sistema *Blockchain* para a prestação de contas

Luiz Paulo Muller Franqui	141	
1	Introdução	141
2	Prestação de contas de campanha.....	143
2.1	Modelo atual e principais celeumas.....	143
2.2	Resultados e consequências do julgamento das contas de campanha	146
3	O sistema <i>Blockchain</i>	149
3.1	Acordo semântico e exemplos de utilização	149
3.2	Características e funcionamento do sistema.....	151
4	Viabilidade de utilização do sistema <i>Blockchain</i>	153
4.1	Aspectos positivos.....	153
4.2	Aspectos negativos.....	154
5	Conclusão	156
	Referências	157

“Caja 2.0”: financiación ilícita de la política, *bots* sociales y la manipulación del elector –marco jurídico-electoral brasileño

Marcelo Eugênio Feitosa Almeida	161	
	Introducción	161
1	La igualdad de oportunidades electorales e la libre formación de convicción política del elector como pilares de la democracia	163
2	Esfuerzos brasileños hacia la regulación de las campañas digitales.....	166
3	Caso brasileño y su subsunción al marco regulatorio puesto	169
4	Propuestas atemporales independientes del escenario y de las herramientas tecnológicas existentes en cada momento electoral	173
	Conclusiones	176
	Bibliografía.....	178

Os limites do processo de registro de candidatura: a vinculação da Justiça Eleitoral ao julgamento da improbidade administrativa

Marilda de Paula Silveira, Heffren Nascimento da Silva	181	
	Introdução	181
1	A competência da Justiça Comum para julgar ação de improbidade administrativa	182
1.1	Atos de improbidade administrativa	183
1.2	Os direitos políticos	187
1.3	O dolo e a culpa na improbidade administrativa.....	187
1.4	O dano ao erário e o enriquecimento ilícito	190
1.5	O julgamento da ação de improbidade administrativa	190
2	Competência para julgar registro de candidatura.....	191
3	Estudo de caso	194
3.1	Análise do julgado	200
	Conclusão.....	203
	Referências	205

A inaplicabilidade da Lei Anticorrupção aos partidos políticos: perspectiva sistêmica e de direito comparado		
Rafael Araripe Carneiro	207
1	Introdução	207
2	Incompatibilidade da Lei nº 12.846/2013 com o estatuto jurídico dos partidos políticos	208
2.1	Responsabilização administrativa.....	211
2.2	Atos lesivos à administração pública	212
2.3	Sanções administrativas e judiciais	213
3	Direito comparado: Lei nº 12.846/2013 x FCPA e <i>Bribery-Act</i>	216
4	Conclusão	217
	Referências	218
Consulta Eleitoral – efeito vinculante e participação de <i>amicus curiae</i>		
Tiago de Melo Euzébio	221
	Introdução	221
1	Consulta Eleitoral	223
1.1	Estrutura e delimitação.....	224
1.2	Casos relevantes respondidos por consultas	228
1.2.1	Verticalização das coligações	228
1.2.2	Infidelidade partidária.....	230
1.2.3	Distribuição de recursos do FEFC e do tempo de propaganda em rádio e TV proporcional às candidaturas por cotas de gênero	231
1.2.4	Distribuição proporcional à cota de negros.....	235
1.2.5	Cota de gênero nas comissões executivas dos partidos	236
2	A figura do <i>amicus curiae</i>	237
2.1	Características gerais.....	237
2.2	<i>Amicus curiae</i> na Justiça Eleitoral	239
3	Democratizando o procedimento da Consulta Eleitoral	240
	Conclusão.....	243
	Referências	244
Instruções para os autores		247